

LEI Nº 1.140/2011

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR APOORTE FINANCEIRO PERANTE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRADO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANGELINA - ANGEPREV, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Angelina/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar, nos termos desta Lei, o valor do aporte financeiro perante o regime próprio de previdência social administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Angelina - **ANGEPREV**, apurado em 31 de julho de 2011.

Art. 2º O aporte do Poder Executivo Municipal refere-se à insuficiência de cobertura das provisões matemáticas do regime próprio de previdência social administrado pelo **ANGEPREV**, apurada pela avaliação atuarial de agosto de 2011.

Art. 3º O valor nominal do aporte necessário para 31 de julho de 2011 é de R\$ 1.020.024,91 (*um milhão, vinte mil, vinte e quatro reais e noventa e um centavos*).

Art. 4º O valor atualizado do aporte apurado para 31 de dezembro de 2011 será parcelado com projeção de pagamento para 420 (quatrocentos e vinte) meses consecutivos, pelo Sistema Francês de Amortização, com atualização monetária pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

Parágrafo único - A taxa de juros utilizada no financiamento para apuração das parcelas devidas será de 6% ao ano ou a sua equivalente mensal.

Art. 5º As parcelas para pagamento da amortização e dos juros terão vencimento no último dia de cada mês, com prazo de pagamento prorrogado até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, sem encargos adicionais, vencendo-se a primeira parcela em 31/01/2012.

Art. 6º No período de deferimento, 31/07/2011 a 31/12/2011, o valor total do aporte será atualizado considerando a variação acumulada do INPC e juros de 0,4867551% ao mês.

Art. 7º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Art. 8º Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do ANGEPREV.

Art. 9º O parcelamento de que trata a presente Lei deverá ser revisto em dezembro de 2012, como base no novo parecer atuarial.

Art. 10. Ficam expressamente revogadas as Leis Municipais Nº 958/1995 e 1071/2008.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Angelina/SC, em 19 de Dezembro de 2011

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal